

Autonomia, Resistência e Luta é a nova diretoria da APROPUC

A chapa Autonomia, Resistência e Luta foi eleita para comandar a APROPUC no biênio 2025/2027. Após a eleição, terminada na quarta-feira, 30/04, a chapa única obteve 73% do total de votantes, resultado superior aos dois últimos pleitos (veja resultados abaixo).

Autonomia, Resistência e Luta é comandada pelo professor João Batista Teixeira da Silva, tendo como vice a professora Elaine Trindade, ambos do Departamento de Ciências da Linguagem e Filosofia/FAFICLA (veja a composição completa da chapa nesta página).

A nova diretoria tem como propostas principais na universidade “Lutar por um Contrato de Trabalho por tempo que contemple Ensino, Pesquisa e Extensão, pelo fim do represamento, pela unificação dos contratos e consolidação da carreira acadêmica.”

Dentro da APROPUC, “Assegurar o funcionamento democrático da Associação e a soberania das assembleias docentes além de manter a articulação com o SINPRO-SP nas lutas dos professores de IESP e



A nova diretoria da APROPUC juntamente com a Comissão Eleitoral durante a posse na sede da associação

apoiar o ANDES-SN e outras organizações docentes nacionais e internacionais nas lutas do Ensino Superior.”

E na sociedade, de uma maneira geral “Promover a atuação da APROPUC no movimento social docente e nas lutas gerais dos trabalhadores por melhores condições de trabalho e vida bem como dar continuidade à articulação dos professores das IES privadas contra a mercantilização e precarização das condições de ensino e trabalho”.

A posse da nova diretoria ocorreu logo após a divulgação do resultado, na noite do dia 30/05.

AUTONOMIA, RESISTÊNCIA E LUTA Diretoria

Presidente: Prof. Me. João Batista Teixeira da Silva – C. Linguagem e Filosofia/FAFICLA

Vice-Presidente: Profa. Dra. Elaine Alves Trindade – C. Linguagem e Filosofia/FAFICLA

1ª Secretária: Profa. Dra. Regina Maria D'Aquino Fonseca Gadelha – Economia/FEA

2º Secretário: Prof. Me. Leonardo Massud – Direito Penal, Processo Penal e Medicina Legal/Faculdade de Direito

1ª Tesoureira: Profa. Me. Victoria Claire Weischardt – C. Linguagem e Filosofia/FAFICLA

2º Tesoureiro: Prof. Dr. Antonio Carlos de Moraes – Economia/FEA

Suplentes

1ª - Prof. Dr. Pedro Henrique Marinho Carneiro – Psicologia Social/FA-CHS

2ª - Prof. Dr. Jason Tadeu Borba – Economia/FEA

3ª - Prof. Dr. Arnaldo José França Mazzei Nogueira – Administração/FEA

Coordenadora de Comissões: Profa. Dra. Ana Amélia da Silva – Ciências Sociais/Fac. C. Sociais

COMISSÕES:

Contratos Docentes e Relações de Trabalho

Profa. Dra. Regina Maria D'Aquino Fonseca Gadelha – Economia/FEA - Prof. Dr. Arnaldo José França Mazzei Nogueira – Administração/FEA - Profa. Dra. Elaine Alves Trindade – C. Linguagem e Filosofia/FAFICLA

Direitos Humanos e Movimentos Sociais

Profa. Dra. Ana Amélia da Silva – Ciências Sociais/Fac. C. Sociais - Prof. Dr. Pedro Henrique Marinho Carneiro – Psicologia Social/FACHS - Prof. Me. Leonardo Massud – Direito Penal, Processo Penal e Medicina Legal/Fac. Direito

RESULTADOS DA ELEIÇÃO DA APROPUC BIÊNIO 2025/2027

Eleitores
aptos
a votar
287

Votos
na
Chapa 1
202

Votos
em
branco
3

Votos
nulos
5

Fucionário, Vote nas eleições da AFAPUC!

A partir do dia 02/05 até 06/05 acontecem as eleições para a renovação da Diretoria e Conselho Fiscal da AFAPUC. A única chapa se inscreveu ao pleito: é a Coletivo AFAPUC, que tem como presidente Rodrigo Mariano Costa (São Paulo) e como vice-presidente Sheila Demétrio Sato (Sorocaba). Veja a composição completa da chapa ao lado.

A chapa tem como objetivos “aprimorar continuamente os serviços já oferecidos pela Associação, bem como implementar novos projetos.”

Do ponto de vista das pautas internas, a chapa entende como prioridades “Retomar o diálogo quanto à necessidade de revisão e efetiva implantação de um Plano de Cargos e Salários, com vistas a dirimir distorções existentes e criar um plano de carreira”. Além disso, reivindicar melhorias na infraestrutura da Universidade, elaborar estudo para o retorno do convênio com farmácias

para associados, reforçar a necessidade de oferecer transporte até o metrô no horário noturno, entre outras reivindicações.

Do ponto de vista da sociedade, a chapa se propõe a defender sindicatos e associações de trabalhadores, combater o desemprego, a terceirização e lutar pelas liberdades democráticas, entre outras bandeiras.

O Coletivo AFAPUC entende que “a verdadeira representatividade nasce da participação ativa, do diálogo nas assembleias e do exercício do direito ao voto”. Dessa maneira entende que “A AFAPUC é um espaço de resistência e de afirmação da nossa autonomia. Participe da votação! Juntas e juntos, podemos ir mais longe”.

A eleição acontecerá entre os dias 02 e 06/05 em todos os campi da universidade de forma on-line. O link para votação será disponibilizado aos associados pelo e-mail cadastrado na AFAPUC.

Diretoria Executiva

PRESIDENTE

Rodrigo Mariano Costa (São Paulo)

VICE-PRESIDENTE

Sheila Demétrio Sato (Sorocaba)

1º Secretário

Rivaldo Carlos de Oliveira (São Paulo)

2º Secretário

Flavio Luis Nogueira (Sorocaba)

1ª Tesoureira

Sophia Lobo Boldo (São Paulo)

2ª Tesoureira

Aline Canarini Vaz (Sorocaba)

Conselho Fiscal

Arthur Simone (São Paulo)

Nalcir Antonio Ferreira Jr (São Paulo)

Monica Ferreira de Souza (São Paulo)

Ednei Alves Pereira (Sorocaba)

Aline Cecchi de Matheus (Sorocaba)

Sandra Aparecida Costa (São Paulo)

professor e funcionário, filie-se à sua associação!

Somente a participação efetiva na APROPUC e AFAPUC garante conquistas superiores à própria Convenção Coletiva, melhores condições de ensino e trabalho, contrato de trabalho diferenciado, manutenção de uma imprensa combativa, luta permanente por uma aposentadoria digna, entre tantas outras conquistas que só podem ser viabilizadas com uma associação forte e atuante.

SUA PARTICIPAÇÃO NA LUTA DE DOCENTES E
FUNCIONÁRIOS ADMINISTRATIVOS É FUNDAMENTAL!

APROPUC



AFAPUC

ASSOCIE-SE:

PROFESSORES: www.apropucsp.org.br/ficha-de-associacao

FUNCIONÁRIOS: <https://www.afaapuc.org.br/formularios/>

Professores e funcionários rejeitam exclusões no Acordo Interno

Nas assembleias de docentes e funcionários administrativos, realizadas respectivamente nos dias 29 e 30/04, os participantes recusaram por unanimidade a proposta da Fundasp de exclusão de vários itens dos Acordos Internos de Trabalho das duas categorias. A justificativa da Fundasp baseava-se no fato de que vários itens de cada acordo já estavam presentes tanto nas Convenções Coletivas dos sindicatos de professores e funcionários, como na Consolidação das Leis Trabalhistas. Nas duas assembleias, porém, os trabalhadores entenderam que podem ser prejudicados com essas exclusões, uma vez que no âmbito das discussões de um novo acordo, as mantenedoras estão pleiteando uma série de exclusões, que deixariam descobertos os trabalhadores da PUC-SP se as supressões propostas pela Fundasp fossem aceitas. A APROPUC e a AFAPUC deverão também apresentar propostas de alterações em algumas cláusulas hoje vigentes. Novas reuniões dos dois setores com a Fundasp estão agendadas para a próxima semana.

Pesquisa da APROPUC

Durante a assembleia docente a vice-presidente da APROPUC, professora Elaine Trindade, relatou alguns resultados preliminares da pesquisa sobre as condições de trabalho docente. Até o momento cerca de 30% da categoria devolveu os questionários e, entre as principais constatações está a afirmativa de 83% dos docentes de que o contrato está longe de contemplar o tripé ensino/pesquisa/extensão. Outra constatação refere-se ao chamado represamento pois, comparando-se o número de doutores e pós-doutores que responderam à pesquisa contata-se que a maioria deles não está no quadro de carreira. A diretoria eleita dará continuidade à pesquisa que se mantém aberta para o recebimento de respostas.

Propostas em discussão para os Acordos Internos de Professores e Funcionários

PROFESSORES

CLÁUSULAS QUE A FUNDASP PROPÕE QUE SEJAM RETIRADAS DO NOVO TEXTO

Cláusula 10 - Anotações na carteira de trabalho
Cláusulas 11 e 12 - Remuneração
Cláusula 15 - Adicional Noturno
Cláusula 17 - Insalubridade
Cláusula 19, 20 e 21- Estabilidade no Emprego, inclusive para diretores da APROPUC
Cláusula 23 - Creche
Cláusula 40 a 43 - Recisão de Contrato

CLÁUSULAS EM QUE A APROPUC SUGERE MUDANÇAS

Benefícios Individuais - Têm direito todos os professores independentemente da carga horária e não somente acima de TP-20
Auxílio Escola até o final do nível Fundamental I (sugestão da assembleia)
Gratuidades - Passam de duas para 3 no Acordo 2025;
Cláusula 22 - Bolsas para dependentes - Equiparação com o texto do Acordo Interno dos Funcionários Administrativos
Cláusula 34 - Licença paternidade - passa de 15 para 20 dias úteis
Cláusula 21 - Estabilidade no emprego - Válida para toda diretoria executiva e não só para presidente e vice

FUNCIONÁRIOS

CLÁUSULAS QUE A FUNDASP PROPÕE QUE SEJAM RETIDAS DO NOVO TEXTO

Cláusula 4 - Prazo de Pagamento
Cláusula 5 - Não pagamento no prazo estipulado
Cláusula 9 - Salário substituição
Cláusula 25 e 26 - Recisão Contratual
Cláusula 30 - Estabilidade da Reitoria - Somente para presidente e vice
Cláusula 33 - Banco de horas

ALTERAÇÕES PROPOSTAS PELA AFAPUC

Funcionários não concordam com as supressões propostas pela Fundasp
Excluir cláusula 24 referente a licença no exercício de função pública
Criação de uma cláusula (a ser definida) somente para associados da AFAPUC
Estabilidade no emprego para toda diretoria e Conselho Fiscal
Retirar a obrigatoriedade anual de autorização para desconto em folha da anuidade
Retorno da licença-prêmio

CORREÇÃO DE VALORES

Adiantamento Salarial - passa para R\$ 3.564,34
Auxílio Escola passa para R\$1.133,60
Auxílio Funeral - passa para R\$ 7.128,00
Cesta básica- passa para R\$ 356,43
Renda de Referência para bolsa de estudo do conjuge passa para R\$ 5.940,00

Consun aprova encaminhamento dos professores solicitando renovação do Programa San Thiago Dantas

A reunião ordinária do Consun assumiu a reivindicação dos docentes da PUC-SP, manifestada na reunião aberta da APROPUC de 09/04, solicitando a renovação do Convênio do Programa Interinstitucional San Thiago Dantas, vetado pelo Conselho de Administração da PUC-SP, Consad.

Na reunião dos docentes, ficou decidido o encaminhamento de uma carta ao Consun, solicitando à mantenedora “que acate os pareceres acadêmicos exarados já em 2024 pela renovação do convênio do Programa Interinstitucional San Thiago Dantas, regularizando imediatamente o convênio com a UNICAMP e a UNESP, bem como a situação dos discentes e docentes da PUC-SP no PPG San Thiago Dantas”.

A carta ao Conselho foi lida pelo presidente da APROPUC, professor João Batista Teixeira, sob a presença de professores e estudantes de Relações Internacionais (veja íntegra do documento na página 5). O professor Reginaldo Nasser, coordenador do Programa, expôs as razões que foram expos-

tas pela Fundasp para a não continuidade do Programa. O professor destacou a situação do Programa, no qual professores estão hoje ministrando aulas sem receber por elas e estudantes não estão devidamente matriculados.

Ao final da discussão, os conselheiros votaram por aclamação o encaminhamento apresentado pela APROPUC, que será levado pelo reitor professor Vidal Serrano à Fundasp.

Fomento à pesquisa e antissemitismo

Na carta enviada pela APROPUC ao Consun também constava a solicitação de restabelecimento da política de fomento à pesquisa da PUC-SP e a revogação da medida que adotou a definição de antissemitismo do IHRA.

Quanto à política de fomento à pesquisa, o professor Vidal Serrano e a vice-reitora Carla Longhi esclareceram que está em elaboração um novo projeto de política de pesquisa da PUC-SP, que será discutido com a Fundasp e levada posteriormente ao Consun.



O presidente da APROPUC, professor João Batista Teixeira lê, no Consun, a carta dos professores, sob os olhares dos estudantes de Relações Internacionais

Relativamente ao protocolo adotado pela Fundasp sobre o antissemitismo, os conselheiros preferiram enfatizar que já existe, no código de ética da PUC-SP, uma determinação mais universal que o protocolo da Fundasp, que abarca todas as formas de racismo. Nesse momento, foi feita a sugestão da realização de um culto ecumênico na PUC-SP, pelo Pe. Rodrigo Pires Vilela da Silva, coordenador da Pastoral Universitária. Essa sugestão foi aprovada por todos os

presentes, reforçando que todas as formas de discriminação política, étnica, religiosa e quaisquer outras não terão lugar na PUC-SP.

Outros assuntos

No Consun também foram aprovados o título de professor emérito a Alexandre Luzzi Las Casa, da Faculdade de Economia e o título de Doutor Honoris Causa ao professor Pe. José Oscar Beozzo. Foi votada também a deliberação que irá regulamentar o processo eleitoral da Faculdade de Teologia.

APROPUC encaminha pesquisa aos professores sobre Contratos de Trabalho

Conforme decisão de assembleia dos professores, a APROPUC está conduzindo uma pesquisa para obter um panorama detalhado sobre a realidade dos contratos docentes na PUC-SP. Para isso, foi elaborado um formulário que permitirá coletar dados essenciais para uma análise criteriosa da situação dos professores da universidade.

O formulário é inteiramente anônimo e tem como objetivo a identificação de padrões e discrepâncias nas condições de trabalho docente. O interesse da associação não recai sobre dados individuais, mas sim sobre o conjunto de informações que possibilitem uma avaliação ampla e precisa.

Para garantir a maior representatividade possível, a APROPUC solicita a participação de todos os professores. A direção da APROPUC solicita ainda, que os docentes compartilhem este comunicado com seus colegas, independentemente de serem ou não associados à APROPUC.

Os formulários devem ser preenchidos o mais rápido possível. As negociações do novo Acordo Interno iniciaram-se no dia 24/04. Quem não recebeu pode entrar em contato com a APROPUC pelo telefone **3872-2685** e solicitar o link.

Sua colaboração é fundamental, contamos com sua partici-

Manifestação da Reunião Aberta da APROPUC ao Conselho Universitário

Os(as) professores(as) da PUC-SP, por meio de sua Associação, a APROPUC, dirigem-se a esse Egrégio Conselho para considerar e fazer reivindicações urgentes sobre o que segue.

- Considerando que a adoção de definição particularista de antissemitismo de entidade sionista internacional (IHRA) pela Mantenedora da PUC-SP deu-se à revelia das definições de combate e de criminalização do antissemitismo e de outros racismos explicitamente previstas na legislação brasileira, em proposições da ONU e outras entidades internacionais, nas quais o Brasil é signatário, que estão incorporadas ao regramento legal de nosso país;
- considerando que a mencionada adoção da definição da IHRA restringe a autonomia universitária, incidindo sobre a liberdade de cátedra, sobre o livre debate e circulação de ideias devidamente fundamentados e conformes às leis do país e às regras pertinentes da PUC-SP;
- considerando que a recepção da mencionada definição no código de conduta da Mantenedora, além de institucionalmente equivocada (como demonstrado), pode gerar sanções e constrangimentos a membros da comunidade universitária, como de fato já aconteceu;
- considerando a problemática descontinuidade, desde 2024, da Política de Fomento à Pesquisa da PUC-SP pela Mantenedora da PUC-SP, que produz prejuízos concretos e sensíveis às atividades acadêmicas da PUC-SP, atingindo a autonomia universitária e desbordando o princípio constitucional de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, que é central à excelência acadêmica das universidades brasileiras;
- e, de forma correlata (porque também relacionada à pesquisa), considerando as ações da Mantenedora da PUC-SP em não renovar convênio que prevê a participação da PUC-SP no Programa de Pós-Graduação Interinstitucional San Tiago Dantas, sem apresentar razões acadêmicas ou institucionais, e sem participação das instâncias

acadêmicas pertinentes na decisão, o que sugere falta de transparência, ingerência acadêmica e na autonomia acadêmica por parte da Mantenedora da PUC-SP.

Em face das considerações expostas, reivindicamos aos representantes da comunidade universitária (funcionários, discentes, docentes e membros da Reitoria) nesse Egrégio Conselho Universitário que:

- tornem pública declaração de que a definição de antissemitismo adotada pela Fundasp não foi discutida e não foi adotada pela PUC-SP, devendo a universidade permanecer fiel à legislação brasileira e à manutenção plena da pluralidade de ideias e posições fundamentadas em seu debate interno, no ensino, na pesquisa e na extensão;
- solicitem à Mantenedora revogação da medida que adotou a definição de antissemitismo do IHRA e que, em qualquer caso, não haja sanção, nem novos constrangimentos motivados pela definição particularista adotada;
- a Política de Fomento à Pesquisa seja imediatamente restabelecida com dotação orçamentária própria e suficiente às necessidades da PUC-SP, em 2025, a partir de proporcionalidade em relação às metas institucionais do PDI para pesquisa nos próximos 04 anos;
- a Mantenedora acate os pareceres acadêmicos exarados já em 2024 pela renovação do convênio do Programa Interinstitucional San Tiago Dantas, regularizando imediatamente o convênio com a UNICAMP e a UNESP, bem como a situação dos discentes e docentes da PUC-SP no PPG San Tiago Dantas.

Certos(as) em contar com o apoio decidido e com a colaboração dos egrégios conselheiros do CONSUN, renovamos nossos votos de estima e consideração,

APROPUC-SP



MARIA HELENA VILLAS BOAS CONCONE

Faleceu, no último dia 27/04, a professora do Departamento de Antropologia Maria Helena Villas Boas Concone. A docente iniciou a sua formação em 1960, graduando-se em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo.

Em 1965, estabelece o seu vínculo com a PUC-SP, como professora de Antropologia. Em 1973 conclui o doutorado com a tese “Umbanda, uma religião brasileira” e em 1993 conclui seu pós-doutorado, também na

PUC-SP.

Na Faculdade de Ciências Sociais, desenvolveu atividades docentes, ministrando diversos cursos na área da Antropologia, enveredando pelas trilhas da Gerontologia, Religião e Saúde, entre outras temáticas.

Na área administrativa, foi vice-chefe do departamento de Antropologia, vice-coordenadora do Programa de Estudos Pós-Graduados em Gerontologia e Membro do Comitê de Avaliação (Cacode).

Foi coordenadora da Revista Kairós na qual nos brindava com sua erudição e desenvoltura: “Cultura não é ‘natural’, embora dependa da capacidade natural do Homem (espécie). É essencialmente aprendida, é parte da chamada herança social. Como se aprende a cultura? Fundamentalmente vivendo-a, convivendo. Aprendemos com os outros membros do grupo. Por imersão. Pela imitação. Os elementos da nossa cultura não estão só

fora de nós. Eles são internalizados por nós. Conformam a nossa identidade e entram no jogo da constituição da nossa individualidade”. (A Noção de Cultura, Revista Kairós – Gerontologia 2023).

Em 2021, na Revista Praxis Teologia, as professoras Tânia Maria Lopes Torres e Josildeth Gomes Consort escreveram o ensaio “Saúde, Envelhecimento e Religião: A Contribuição de Maria Helena Villas Boas Concone para a Antropologia”.

Prossegue a greve dos servidores municipais

Os servidores municipais decidiram na terça-feira, 29/04, prosseguir com seu movimento de paralisação em virtude da aprovação na Câmara Municipal do PL 416/2025, que prevê correção de 2,6% a ser aplicado a partir de maio deste ano e um segundo reajuste de 2,55% a partir de maio de 2026.

O “reajuste”, que já é chamado de aumento de fome, recebeu críticas dos sindicatos de servidores municipais, que durante toda a semana se mobilizaram em atos e reuniões.

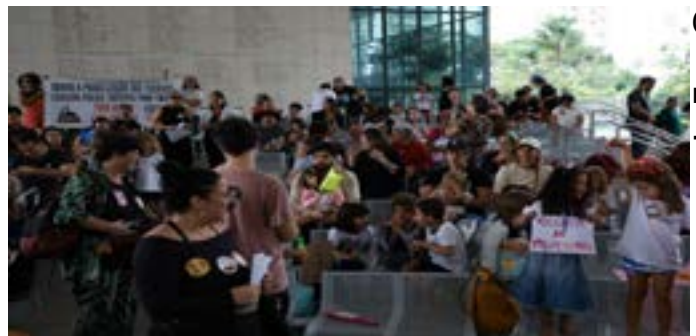
Na terça-feira, 28/04, aconteceu o ato denominado Famílias pela Educação Pública, quando

pais e filhos ocuparam o saguão da Câmara Municipal pintando faixas e cartazes exigindo do governo municipal Educação Pública de Qualidade que Valorize os Educadores.

Na USP, os estudantes durante a sua assembleia geral gravaram um vídeo em apoio aos trabalhadores municipais.

Professores estaduais

Na assembleia realizada no dia 25/04 para determinar os passos seguintes de seu movimento, decidiu-se por não iniciar a greve, aguardando os possí-



@felix_sophi

Pais e filhos de professores da rede municipal participam de manifestação na Câmara Municipal

veis resultados da audiência de conciliação, voltando para uma nova assembleia no dia 09/5, com a categoria paralisada.

A decisão foi contestada por vários dirigentes sindicais, in-

clusive da própria APEOESP, uma vez que a perspectiva era que a mobilização da categoria se some aos funcionários e professores do município que permanecem paralisados.



Publicação da Associação dos Professores da PUC-SP e da Associação dos Funcionários da PUC-SP

Edição: Valdir Mengardo

Reportagem e Fotos: Sthefane Mattos

Revisão: Marina D'Aquino

Arte /Editoração : Valdir Mengardo e Ana Lucia Guimarães
Conselho Editorial: João Batista Teixeira da Silva, Elaine Alves Trindade, Victoria C. Weischtordt, Regina Gadelha e Sandra Costa

APROPUC: Rua Bartira, 407 - Cep 05009-000 - Fone 3872-2685

AFAPUC: Rua Ministro Godoy, 1055 - Fone 3670-8208

PUCviva: Fone/WhatsApp: 3872-2685

Correio Eletrônico: pucviva.jornal@uol.com.br

Pucviva na internet: www.apropucsp.org.br

FALA COMUNIDADE

Falácias sobre o asilo

**Leonardo Massud e
Marco Aurélio de Carvalho**

A Justiça peruana de primeiro grau condenou o ex-presidente Ollanta Humala e sua esposa, Nadine Heredia, a 15 anos de prisão, ordenando execução imediata. Humala foi imediatamente detido. Sua esposa pediu asilo diplomático à embaixada brasileira. A presidente do país, Dina Boluarte, emitiu salvo-conduto para que ela pudesse sair da embaixada onde se abrigou e vir ao Brasil.

Tanto lá quanto aqui, passou-se a questionar a concessão do asilo. Não se sabe se por má-fé ou por ignorância, muitos continuam a noticiar que houve condenação por corrupção, equiparando o caso Humala aos dos demais ex-presidentes peruanos. Tudo para dizer que, em se tratando de crime comum, não seria cabível a concessão do asilo. Outra confusão conveniente aos detratores da acolhida.

A Convenção sobre Asilo, de 1954, estabelece que a medida se destina a “perseguidos por motivos ou crimes políticos”. O acordo, de fato, exclui crimes comuns. Entretanto, diz ser possível quando “os fatos que deram origem ao pedido de asilo, seja qual for o caso, forem manifestamente de natureza política”. Nesse sentido, vale lembrar que não há definição legal de crimes políticos, tampouco critérios objetivos para que sejam assim classificados. Mesmo porque seria inútil. Sempre houve, mundo afora, acusações de crimes comuns para encobrir perseguições políticas. O que

confere natureza política a um crime não é a sua tipificação legal, mas os fatos e contextos em que estão inseridos. E quais são os fatos? A imputação é a de que Humala e sua esposa receberam, com o Partido Nacionalista Peruano, contribuições não oficiais para as campanhas eleitorais de 2006 e 2011, respectivamente, do governo Hugo Chávez, da Venezuela, e da empresa Odebrecht. Eles sempre negaram. É importante destacar que, nessa época, a contribuição irregular de campanha era apenas um ilícito administrativo no Peru. Só passaram a ser considerados como crimes em 2019. Como não poderia imputar como criminosos fatos que a legislação assim não considerava, o MP peruano passou a, artificiosamente, imputar o crime de lavagem de dinheiro. A maquiagem acusatória está evidenciada pelo fato de que, em nenhum momento, se procurou demonstrar que a origem das supostas doações de campanha era criminosa e, muito menos, provar que os acusados conhecessem a origem de tais recursos, elementos essenciais ao crime de lavagem. O fato de tais recursos, ainda que tivessem sido dados, terem vindo de maneira escondida não torna automaticamente sua origem criminosa. Doações silenciosas sempre foram frequentes para despistar interesses geopolíticos, econômicos, financeiros e eleitorais, inclusive para não desagradar aos adversários dos beneficiários, que também poderiam vencer os pleitos que estavam

disputando.

A origem do caso, portanto, é a criminalização da política tal como se fez aqui. Mais: a Lava Jato peruana, que nasceu da “costela brasileira”, também tinha alvo certo. Aqui no Brasil já se sabia, o que se comprovou após a Operação Spoofing, que o objetivo da força-tarefa de Curitiba era derrubar o Partido dos Trabalhadores e prender Lula. Claro que a coisa ganhou dimensão maior e atingiu, colateralmente, outros partidos e políticos. No Peru também foi assim. A homônima força-tarefa peruana tinha como alvo o

presidente Humala. A Lava Jato de lá começou em 2015, durante o seu governo. É bom lembrar que os promotores brasileiros e peruanos tiveram inúmeras tratativas com órgãos de governos estrangeiros, muitas de forma clandestina, ao mesmo tempo que a América do Sul assombrava o Norte colonizador com aspirações de autonomia e independência econômica e política. Basta observar que, nos vários anos que antecederam a operação, precisamente em 2015, a esquerda encontrava-se no poder não apenas no Brasil e no Peru, mas também na Argentina, no Uruguai, no Equador, na Bolívia e na Venezuela.

A Justiça do Peru ignorou os vícios das “provas”. E a acolhida do Brasil está prevista na convenção internacional. Especificamente no Peru, Humala iniciou vários projetos de inclusão social, distribuição de renda e de melhora da infraestrutura, alguns dos

quais certamente desagradaram às empresas e países, como o gasoduto peruano.

Esse projeto, inicialmente concebido pelo governo Alan García para somente uma pequena parte do país, de construção menos problemática e mais rentável para a empresa vencedora, foi modificado por Humala, para que a infraestrutura alcançasse uma área muito maior e mais complexa (montanhas, selvas) e pudesse atingir a população tradicionalmente excluída, além de conferir mais autonomia energética aos peruanos.

É nesse panorama que se encontra a brutal condenação, cujo desdobramento imediato foi a decretação da prisão de quem sempre compareceu aos chamados da Justiça, sem chance de discutir o desacerto da decisão em liberdade. A prisão, assim, assume uma das suas facetas mais perversas. Ela materializa no imaginário a “verdade” e a culpa. Se o réu está preso é porque fez alguma coisa. E toda insurgência contra a decisão é vista como ode à impunidade. Nesse caso, nada poderia ser mais absurdo, pois a condenação foi baseada em “provas” reconhecidamente nulas aqui no Brasil. Nulas não por filigranas, mas porque vieram dos chamados sistemas drousys e mywebday, acessados irregularmente, atingindo a cadeia de custódia da prova, ou, em outras palavras, não permitindo que se pudesse confiar nas informações por eles geradas. Dessa ilegalida-

**Continua na página
seguinte**

Continuação da
página anterior

de também se anularam as provas derivadas, tais como testemunhos.

Embora não tivesse obrigação de concluir no mesmo sentido, a Justiça peruana preferiu ignorar esse comprometimento fatal da prova. Confiou apenas na palavra de delatores, que muito se beneficiaram dos acordos, o que permitiu, a alguns, preservar e levar embora do Peru vasto patrimônio. Embora com a obrigação de trazer elementos de comprovação válidos, apresentaram não só “provas” vindas dos sistemas corrompidos, mas fizeram pior do que os delatores brasileiros. Em vez de trazer arquivos eletrônicos com rastreabilidade, juntaram folhas de papel apócrifas, que podem ter sido impressas na casa de qualquer um, com qualquer conteúdo.

Além das questões de saúde e razões humanitárias, o governo brasileiro agiu bem em conceder o asilo. Esperamos agora que as cortes superiores peruanas possam avaliar o caso de acordo com os vetores doutrinários corretos a respeito da prova e da tipificação da lavagem, para que, ainda que tardiamente, e mesmo após a destruição do seu capital político, possam reconhecer suas inocências.

Leonardo Massud é advogado e professor de Direito Penal da PUC/SP e diretor da APROPUC. Marco Aurélio de Carvalho é advogado, sócio fundador da Associação Brasileira de Juristas pela Democracia e coordenador do grupo Prerrogativas. Este artigo foi publicado originalmente no Portal Carta Capital em 24/04.

Centrais sindicais organizam lutas no primeiro de maio

A luta contra a jornada de trabalho 6 x 1 é a principal bandeira das centrais sindicais no primeiro de maio de 2025.

O Primeiro de Maio relembra a luta histórica dos trabalhadores que teve início no século XIX, em Chicago, com a paralisação de mais de cinco mil fábricas com cerca de 340 mil operários nas ruas. Aqui no Brasil, as primeiras grandes manifestações operárias ocorreram em 1917 com a primeira grande greve que parou o Brasil durante uma semana, envolvendo 50 mil operários da cidade de São Paulo. Essa greve foi duramente reprimida, resultando em 200 mortes entre policiais e operários.

Este ano duas mobilizações estão programadas em todo o país, reunindo diferentes setores da classe trabalhadora.

A Central Sindical Conlutas e outras organizações de trabalhadores organizam por todo o país o “Primeiro de

Maio Classista”, caracterizado como atos sem governos e sem patrões.

Para os organizadores, “diferente dos atos organizados por centrais que transformam a data em festivais de prêmios ou palanques para políticos burgueses, nossa mobilização reafirma o caráter histórico e combativo do 1º de Maio. Não aceitamos o financiamento de empresas nem a presença de governantes responsáveis pelos ataques contra a classe trabalhadora”.

A manifestação, da mesma forma que o ato promovido pelas centrais governistas, tem como principal bandeira o fim da escala 6X1 e pela redução da jornada, mas avança para pautas mais políticas como “Sem anistia para Bolsonaro e golpistas, Não à violência policial e ao genocídio da juventude negra da periferia e Contra a violência às mulheres”.

Em São Paulo o ato acontece na Av. Paulista, em frente ao Masp, às 10.

Já as centrais alinhadas com a política governista, como a Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), a Central dos Sindicatos Brasileiros (CSB), Força Sindical, União Geral dos Trabalhadores (UGT), Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST), Pública e a CUT (Central Única dos Trabalhadores), que entrou como convidada organizam outra manifestação Praça Campo de Bagatelle, na Zona Norte, próximo ao metrô Santana, a partir das 9h.

Para os organizadores o 1º de Maio “é uma data para trabalhadores e trabalhadoras de todo Brasil refletirem e celebrarem as conquistas e debater sobre os novos desafios e as bandeiras de lutas”. Entre as pautas defendidas pelos trabalhadores estão: Menos juros, mais empregos e renda; Valorização do salário mínimo; isenção do Imposto de Renda para quem recebe até 5 mil reais; fim da Escala 6x1.

Doe livros para a biblioteca dos moradores em situação de rua!

Padre Julio Lancellotti, coordenador da Pastoral do Povo de Rua de São Paulo, está organizando uma biblioteca para os moradores em situação de rua de São Paulo. Para isso Pe. Julio solicita doação de livros que podem abarcar as mais diferentes áreas do conhecimento, como Filosofia, História, Geografia etc, priorizando acervos de Literatura em geral, documentais e biografias, bem como Infanto-Juvenil, excluindo-se livros didáticos.

A APROPUC RECEBERÁ DOAÇÕES EM SUA SEDE
RUA BARTIRA, 407, DAS 9H E 12H E DAS 14H ÀS 17H. POSTERIORMENTE
AS DOAÇÕES SERÃO ENCAMINHADAS À PASTORAL DO POVO DE RUA.

